

259  
e



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Apelação Cível nº 0333921-1**

**Apelante:** José Fernando de Souza Santos e outros.

**Advogado:** Patrícia Carla da Costa Lira.

**Apelado:** FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco.

**Procurador:** Thiago Arraes de Alencar Norões.

**RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.**

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA EM RAZÃO DA MATÉRIA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 2º DA LEI N. 12.153/2009 E 2º DA RESOLUÇÃO N. 321/2011 - TJPE. DECLARADA A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL. PRECEDENTES DESTA CORTE. APELO PARCIALMENTE PROVIDO DE FORMA UNÂNIME.

1. No caso, verificou-se que se afigura inviável a aplicação da regra insculpida no art. 515, §3º, do CPC, uma vez que o processo não reúne condições de imediato julgamento, haja vista o fato da fundação ré não ter sido citada para apresentar contestação e não ter sido ouvido o Ministério Público no primeiro grau.
2. Observada a legislação pertinente, infere-se que, apesar do valor da causa determinar a competência dos Juizados Especiais, deve ser observada a competência daqueles órgãos em razão da matéria, que, no caso dos autos, está excluída pelo §2º, inciso V, do art. 2º da Resolução nº 321/2011 do TJPE.
3. Declarada a competência do Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital para o processamento e julgamento do feito.
4. À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao apelo.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0333921-1, acima descrita, acordam os Desembargadores que integram a 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 29/05/2014, à unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, tudo na conformidade do Relatório e do Voto proferidos neste julgamento, que ficam fazendo parte integrante do mesmo.

P. I. 29/05  
Recife, 29/05/2014.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



255  
A.

**Poder Judiciário**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Apelação Cível nº 0333921-1**

**Apelante:** José Fernando de Souza Santos e outros.

**Advogado:** Patrícia Carla da Costa Lira.

**Apelado:** FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco.

**Procurador:** Thiago Arraes de Alencar Norões.

**RELATOR:** Des. José Ivo de Paula Guimarães.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Cível em face de sentença proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0059417-76.2013.8.17.0001, a qual extinguiu o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, I, c/c art.295, V, do CPC.

O apelante, em suas razões de fls. 214/237, sustenta, em síntese, (i) competência da Vara da Fazenda; (ii) necessidade de aplicação do disposto no §3º do art.515, do CPC, para análise do mérito da presente demanda; (iii) no mérito, aduz que com base no direito à paridade remuneratória entre ativos e inativos, previsto no art. 40, da CF/88, deve ser estendido o pagamento da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo aos inativos e pensionistas.

Requer, ao final, o provimento do apelo para reforma da sentença recorrida, julgando-se procedentes os pedidos iniciais, aplicando-se, *in casu*, o disposto no §3º, do art.515, do CPC.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça opinou, às fls. 250/252 pelo provimento do apelo.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 20/08/2014.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**



261  
Q

**Poder Judiciário**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Apelação Cível nº 0333921-1**

**Apelante:** José Fernando de Souza Santos e outros.

**Advogado:** Patrícia Carla da Costa Lira.

**Apelado:** FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco.

**Procurador:** Thiago Arraes de Alencar Norões.

**RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.**

**VOTO**

No caso em apreço, pretende o requerente a recuperação da gratificação de tempo de serviço (quinqüênios), com sua implantação separada do soldo, bem como a cobrança da diferença apurada posterior ao mês de julho/2011, no entanto, entendeu o magistrado *a quo*, em razão do valor da causa, que a competência para o julgamento da ação seria do Juizado Especial da Fazenda Pública.

A fim de dirimir qualquer dúvida, passo a transcrever a legislação pertinente ao caso:

*Lei Federal nº 12.153/2009:*

**Art.2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.**

**§1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:**

*I - as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;*

*II - as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;*

*III - as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.*



262

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*§2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no caput deste artigo.*

*§4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.*

*Resolução nº 321/2011 TJPE:*

**Art. 2º- A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, observado o disposto no art. art. 190-A, do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar Estadual nº 100, de 21 de novembro de 2007, com a redação determinada pela Lei Complementar Estadual nº 163, de 17 de dezembro de 2010), atendendo a necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos, fica limitada, por 5 (cinco) anos, a contar da entrada em vigor da Lei Federal nº 12.153/2009, de 22 de dezembro de 2009, às causas no valor de até 60 (sessenta) salários mínimos relativas às seguintes matérias:**

*I - multas e outras penalidades decorrentes de infrações de trânsito;*

*II - transferência de propriedade de veículos automotores terrestres;*

*III - imposto sobre serviços de qualquer natureza;*

*IV - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias;*

*V - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;*

*VI - ações previdenciárias;*

*VII - ações indenizatórias.*

*VIII - fornecimento de medicamentos e outros insumos de saúde, realização de exames, cirurgias, internações e transporte de pacientes.*

*§1º- Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no caput deste artigo.*

**§2º- Não se incluem na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública:**

*I - as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa,*

263  
9

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;*

*II - as causas sobre bens imóveis dos Estados e Municípios, autarquias e fundações públicas e eles vinculados;*

*III - as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares;*

*IV - as causas sobre licitações e contratos administrativos àquelas vinculados;*

***V - as causas que tenham por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos civis e militares do Estado e Municípios, inclusive de suas autarquias, fundações e empresas públicas.***

*Art. 3º- No foro onde estiver instalado o Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta. (Destaquei)*

Da simples leitura dos comandos legais acima transcritos infere-se que, apesar de o valor da causa determinar a competência dos Juizados Especiais, deve ser observada a competência daqueles órgãos em razão da matéria, que, no caso dos autos, está excluída pelo §2º, inciso V, do art. 2º da Resolução nº 321/2011 do TJPE.

Dessa forma, declaro a competência do Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital para o processamento e julgamento do feito.

Neste diapasão, colaciono precedentes jurisprudenciais desta Corte Estadual de Justiça, conforme ementas abaixo transcritas:

***DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VALOR DA CAUSA. APLICAÇÃO DOS ART. 259 E 260, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Os agravados pleiteiam, na ação originária, percepção de soldo correspondente à remuneração do posto militar imediatamente superior, cujo valor será somente auferido na liquidação da sentença, de maneira que impossível à aplicação do disposto nos art. 259 e 260, do CPC. 2. Diante da impossibilidade de determinação imediata do valor exato do conteúdo econômico do pedido, segue-se a atribuição estimada fixada pelos agravados, nos termos do art. 258 do CPC. 3. Agravo de instrumento unanimemente improvido. (Agravo de Instrumento nº 238731-5, Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Julgamento: 07/07/2011)***



264  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PRETERIÇÃO NA ORDEM DE CONVOCAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DE POLÍCIA CIVIL. VALOR DA CAUSA ABAIXO DE 60 (SESSENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. CONSONÂNCIA COM O ART. 2º DA LEI N. 12.153/2009 (LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA). RESOLUÇÃO N. 321/2011 - TJPE. LIMITAÇÃO DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS FAZENDÁRIOS, PELO LAPSO DE 5 (CINCO) ANOS, CONTADOS DA VIGÊNCIA DO ATO NORMATIVO INTERNO. PREVISÃO DO ART. 23 DA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIOS. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS ATÉ 18.12.2016. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO E PROVIDO EM ORDEM A DECLARAR COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL. PRECEDENTES CITADOS. 1. Segundo o entendimento encartado pela Corte Superior de Uniformização Infraconstitucional, a quem cabe fixar a interpretação do Código de Processo Civil pacificando a jurisprudência revolta, observado o valor de alçada da lei de regência, não há óbice a que tramitem, no Juizado Especial da Fazenda Pública, ações que tenham como pano de fundo matéria relativa a concurso público. Precedentes: STJ - REsp. n. 1205956/SC, rel. Min. Castro Meira, j. 23/11/2010. DJe 01/12/2010. Ainda assim: TJSC - Processo: CC 834955 SC 2011.083495-5. Relator(a): Vanderlei Romer. Julgamento: 07/02/2012. Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público. 2. Todavia, a lei n. 12.153/2009 criou a possibilidade de o Tribunal de Justiça limitar a competência dos Juizados Especiais pelo prazo de 5 (cinco) anos, cf. art. 23 da Lei n. 12.153/2009. Foi neste esqueleto que esta c. Corte de Justiça Estadual editou a Resolução n. 321/2011. Com a vigência do referido ato normativo interno, a competência dos Juizados Especiais Fazendários restou limitada pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados, por óbvio, da publicação da Resolução n. 321/2011 deste e. Sodalício, que ocorreu em 20.12.2011. 3. Nesta toada, a competência para julgamento do caso em liça pertence ao Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que deverá apreciar e julgar o feito, tendo em vista que este c. TJPE limitou, pelo lapso de 5 (cinco) anos, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, na forma do art. 2º, § 2º, da Resolução n. 321/2011 - TJPE. 4. Todavia, firmou-se o entendimento de que, a partir de 19.12.2016, as demandas que envolvam concursos públicos, cujo valor da causa não supere 60 (sessenta) salários mínimos, deverão ser propostas perante os Juizados Especiais da Fazenda, cf. inteligência dos precedentes citados, ex vi art. 2º, caput, da Lei n. 12.153/2009. 5. Por fim, registrou-se que, exaurido o referido prazo, em respeito ao Princípio do Juiz Natural, as demandas propostas nas Varas



265  
*[assinatura]*

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*Fazendárias, até 18.12.2016, deverão ali permanecer e serem julgadas. 4. Conflito negativo julgado procedente de sorte a declarar a competência da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital - PE. (Conflito de competência nº 288059-3, Des. Jorge Américo Pereira de Lira, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Julgamento: 11/12/2012)*

Desta forma, dúvida não há de que a sentença guerreada merece reforma, entretanto, no caso, verifico que se afigura inviável a aplicação da regra insculpida no art. 515, §3º, do CPC, uma vez que o processo não reúne condições de imediato julgamento, haja vista o fato da fundação ré não ter sido citada para apresentar contestação e não ter sido ouvido o Ministério Público no primeiro grau.

Posto isso, dou provimento parcial ao presente recurso, anulando-se a sentença *a quo*, a fim de proceder com a citação da parte ré, abrindo-se o contraditório e novo julgamento.

Tão logo este pronunciamento esteja acobertado pelo manto da coisa julgada, remetam-se os autos ao Juízo de origem para o seu regular processamento.

É como voto

Recife, *[assinatura]* /2014.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**